

PODER

Defesa enfática do Supremo

Em meio às críticas por causa do inquérito do Master, Lula destaca atuação da Corte pela democracia e contra o golpismo

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» VÍCTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez, ontem, uma defesa enfática da atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), na sessão de abertura do Ano Judiciário de 2026. O apoio à atuação da Corte vem no momento em que é atacada em função da conexão dos ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes com o caso do Banco Master, liquidado extrajudicialmente pelo Banco Central.

Embora não seja comum o chefe do Executivo se manifestar na sessão, ele falou por cerca de 13 minutos e deixou claro que a Corte não buscou protagonismo ou avançou sobre as atribuições dos demais Poderes. Segundo Lula, “o Supremo Tribunal Federal não buscou protagonismo, mas agiu no estrito cumprimento de sua responsabilidade institucional, protegendo a liberdade do voto mesmo sob pressões e até ameaças de morte. A Constituição é um pacto civilizatório que exige diálogo permanente entre os poderes e respeito recíproco, pois o povo brasileiro não quer conflito entre instituições, quer estabilidade e justiça social”, afirmou o presidente, lembrando da atuação da Corte na trama golpista — que levou o ex-presidente Jair Bolsonaro à prisão para cumprir uma condenação de 27 anos e três meses.

Lula fez questão de ressaltar a atuação do STF no julgamento dos envolvidos com a tentativa de golpe de Estado depois das eleições de 2022. “A Ação Penal 2.668 representa um marco institucional histórico no nosso país. Aqueles que atentaram contra a democracia tiveram julgamento justo, acesso a todas as provas e amplo direito de defesa, o que só é possível em uma democracia”, afirmou. Segundo o presidente, “os julgamentos e as condenações dos envolvidos fortaleceram a legitimidade democrática, a confiança

Marcelo Camargo/Agência Brasil



na Justiça e a ideia fundamental de que nenhuma autoridade está acima da lei. A condenação dos golpistas deixou uma mensagem clara: os responsáveis por qualquer futura tentativa de ruptura democrática serão punidos outra vez com o rigor da lei”, salientou.

No discurso, Lula fez questão de ressaltar o enfrentamento que o STF fez contra as sanções impostas pelo governo dos Estados Unidos em função do julgamento de Bolsonaro e outros integrantes da trama golpista. O presidente destacou que a Corte não se curvou à inclusão do ministro Moraes e da mulher, Viviane Barci de Moraes, na lista da Lei Magnitsky e nem que houve qualquer recuo à

retirada dos vistos aos magistrados, conforme determinado pelo Departamento de Estado norte-americano — somente Luiz Fux, Kássio Nunes Marques e André Mendonça não foram retaliados por Washington.

“Em 2025, enfrentamos ataques externos à nossa soberania e nos mantivemos firmes. O Brasil respondeu com altivez, com base no direito internacional, com a força de suas instituições e, sobretudo, com a legitimidade conferida pelo povo”, disse.

Inteligência artificial

Segundo o presidente, há preocupações com o processo eleitoral deste ano, em função do uso de

inteligência artificial (IA) para produção de conteúdos falsos e das redes sociais. Ele cobrou que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aja “com rigor, velocidade e precisão” contra o que chamou de “pirataria eleitoral”.

Já sobre o combate ao crime organizado, em meio às críticas ao caso do Banco Master, afirmou que seu governo apertou o cerco contra o financiamento de organizações criminosas. Citou a Operação Carbone Oculto, que mirou integrantes do Primeiro Comando da Capital (PCC) no setor de distribuição de combustíveis e no sistema financeiro.

Segundo Lula, quem está por trás dessas organizações são

“magnatas do crime, que vivem no andar de cima, que não estão nas comunidades, e sim em alguns dos endereços mais nobres no Brasil e no exterior”. “Não importa onde os criminosos estejam. Não importa o tamanho de suas contas bancárias. A Polícia Federal está aprofundando as investigações. E todos, sem distinção, pagarão pelos crimes que cometeram”, garantiu.

Houve espaço, ainda, para o presidente destacar um pacto entre os Três Poderes para combater o feminicídio e a violência contra a mulher, que será lançado amanhã. Batizado de Pacto Brasil de Enfrentamento ao Feminicídio



O Supremo não buscou protagonismo, mas agiu no estrito cumprimento de sua responsabilidade, protegendo a liberdade do voto até ameaças de morte. A Constituição é um pacto civilizatório que exige diálogo permanente entre os poderes. O povo brasileiro quer estabilidade e justiça social”

Trecho do discurso do presidente Lula

entre os Três Poderes do Estado Brasileiro, Lula comparou a iniciativa com a união entre os Poderes depois dos ataques de 8 de janeiro de 2023.

“Um pacto que envolva, sobretudo, os homens deste país. Que precisam entender que não são donos de ninguém. A mulher pertence apenas a ela mesma, e a mais ninguém”, afirmou.

O presidente participou da cerimônia de abertura do Ano Judiciário acompanhado de, entre outros, o vice-presidente Geraldo Alckmin e os ministros Gleisi Hoffmann (Secretaria de Relações Institucionais) e Sidônio Palmeira (Secretaria de Comunicação Social).

Eleição: ministra garante transparência e rigor

» FABIO GRECCHI

Na abertura do Ano Judiciário Eleitoral de 2026, a ministra Cármen Lúcia, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, frisou que a transparência é o principal antídoto contra as desconfianças sobre o processo de votação. Por causa disso, defendeu a implantação de regras rigorosas que garantam um comportamento “legítimo, confiável e transparente” de juízas e juízes eleitorais. Segundo a magistrada, “a desconfiança nos órgãos e nos agentes do Poder estatal é um desassossego para a cidadania e um fator de instabilidade jurídica, social, política e econômica. Temos de ser rigorosos e intransigentes com qualquer tipo de desvio ético”.

Indicada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, relatora do Código de Ética do STF, a ministra propõe algo semelhante para o TSE. Tanto que apresentará um rol de recomendações aos presidentes dos tribunais regionais eleitorais (TREs) para reforçar os parâmetros de conduta da magistratura eleitoral (**veja alguns pontos no quadro**).

“Para que magistradas e magistrados eleitorais lembrem-se dos parâmetros de comportamento adequados aos valores constitucionais, neste momento de tantos questionamentos mundiais e nacionais, apresentarei, na reunião dos presidentes de tribunais regionais eleitorais do próximo dia 10 de fevereiro, recomendação específica para a sensibilização da magistratura eleitoral de todos os níveis”, adiantou no discurso.

No discurso, Cármen Lúcia deu a entender pretende evitar que se repitam experiências como a de 2022, quando o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus apoiadores atacaram o sistema de votação e as urnas eletrônicas, depois de uma campanha por um suposto desejo de maior transparência — tentaram até mesmo a aprovação, no Congresso, de um projeto de lei propondo o voto impresso e audível. Embora não seja

ela quem estará à frente do TSE durante as eleições — será substituída pelo ministro Kássio Nunes Marques —, pretende deixar o caminho pavimentado para o sucessor.

“Todo ser humano tem direito ao sossego cívico, aquele que permite a tranquilidade de não se ter de reacear ou desconfiar dos que atuam em funções do Estado, porque, como está no parágrafo único do art. 1º da Constituição do Brasil, o poder é do povo”, observou.

Segundo a ministra, “aquele que procura o Judiciário pode não se contentar com a decisão, especialmente quando lhe é contrária ao interesse. E sempre haverá quem vá se achar desacolhido em seu interesse. O Judiciário tem compromisso com a legalidade do seu agir, não com interesse específico de partes. O interesse legítimo torna-se direito e haverá de ser assegurado e protegido; o ilegítimo, não”.

“É imprescindível que o comportamento de cada juíza e de cada juiz seja legítimo, confiável e transparente. O mistério é incompatível com a República. A proteção aos direitos constitucionais à privacidade, à intimidade das pessoas não afasta nem diminui a exigência de se assegurar a transparência da atuação de magistradas e magistrados, e de servidoras e servidores públicos”, observou.

Partidos

Cármen Lúcia também fez uma cobrança às legendas para que façam as contestações de acordo com as regras eleitorais. “Espera-se também que os partidos políticos, postos na Constituição do Brasil como instituições essenciais à prática democrática, igualmente atuem no ambiente da legalidade, da moralidade e da clareza pública de seus comportamentos e na busca dos fins sociais a que se destinam. No Estado de Direito não há espaço para a ilegalidade nem para desvios jurídicos nos procedimentos. E assim é, porque a Constituição assim determina”, disse.

Luiz Roberto/Secom/TSE



Cármen Lúcia indicou que transparência nas ações da Justiça Eleitoral trará pleito sem graves intercorrências

Normas de clareza para o próximo pleito

Cinco das 10 recomendações que serão oficializadas pelo TSE aos órgãos da Justiça Eleitoral:

1 Seja garantida a publicidade das audiências com partes e seus advogados, candidatas ou candidatos, partidos políticos ou interessados diretos ou indiretos, divulgando-se as agendas de sua realização, ocorram elas dentro ou fora do ambiente institucional;

2 O comparecimento de membro da magistratura a evento público ou privado, no qual, durante este ano eleitoral, confraternizem candidatas ou candidatos, seus representantes, integrantes ou interessados diretos na campanha eleitoral gera conflito de interesses, o que compromete a integridade da atuação judicial;

3 São inaceitáveis manifestações, em qualquer meio incluídas as mídias eletrônicas, sobre a escolha política da magistrada ou do

magistrado, por estabelecer dúvida sobre a imparcialidade da decisão a ser tomada no exercício da jurisdição;

4 Não são admissíveis, ética nem juridicamente, sinalizações favoráveis ou contrárias a candidatas ou candidatos, partidos políticos ou ideologias, o que pode conduzir a ilações ou conclusão sobre favorecimento ou perseguição em julgamento;

5 A transparência da atuação dos órgãos da Justiça Eleitoral, de suas magistradas e de seus magistrados é imposição republicana. Somente com a publicidade ampla do que se passa no processo eleitoral e na atuação das magistradas e dos magistrados e de servidoras e servidores da Justiça Eleitoral se terá assegurado o direito da eleitora e do eleitor à informação segura e baseada em fatos. E, então, sua escolha no pleito eleitoral será livre e a Democracia terá sido protegida.

» Carnaval: TCU sugere sustar verba

O quadro técnico do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou a suspensão de um repasse federal de R\$ 1 milhão destinado à escola de samba Acadêmicos de Niterói, que levará ao Sambódromo um enredo em homenagem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Carnaval de 2026. A sugestão de medida cautelar ainda precisa ser chancelada pelo relator do caso, ministro Aroldo Cedraz. O valor faz parte de um patrocínio de R\$ 12 milhões firmado pela Embratur com a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa), que previa R\$ 1 milhão para cada integrante do Grupo Especial. Para os técnicos, há indícios de que o repasse pode configurar desvio de finalidade e violar os princípios da impessoalidade.

Embora não tenha sido explícita, a crítica da ministra tem alvo: o PL de Bolsonaro, que em 22 de novembro de 2022 protocolou no TSE uma representação pedindo a invalidação dos votos de cerca de 250 mil urnas eletrônicas (cujos modelos seriam anteriores a 2020) dados apenas no segundo turno. O partido argumentou que haveria “desconformidades irreparáveis de mau funcionamento” nos equipamentos, o que impediria a auditoria correta. O partido não provou que inconsistências técnicas seriam.

À época, o ministro Alexandre de Moraes, então presidente do TSE, classificou a ação como “totalmente improcedente” e condenou a coligação que apoiava Bolsonaro, formada por PL, PP e Republicanos, ao pagamento de uma multa de R\$ 22,9 milhões por litigância de má-fé. As contas do fundo partidário foram bloqueadas até que o valor fosse pago, o que ocorreu em fevereiro de 2023.